

Workshop reúne indústria e representantes do governo para debater mecanismos de defesa comercial e interesse público

Foto: Abiquim/Divulgação



O presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Marcos De Marchi (ao centro), explica o posicionamento da indústria química brasileira sobre a necessidade de mecanismos eficientes de defesa comercial.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) realizou, no dia 5 de abril, o workshop “Antidumping também é interesse público! Desmistificando a defesa comercial”. O presidente do Conselho Diretor da Abiquim, Marcos De Marchi, participou do painel “A visão do setor empresarial brasileiro”, que reuniu representantes de vários setores industriais e com a presença de representantes dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento Indústria e Comércio.

Além do presidente do Conselho Diretor da Abiquim, participaram do painel o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel; o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista da Costa; o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato; e o presidente executivo

da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso Dias Cardoso.

Marcos De Marchi explicou que o setor é um dos mais abertos ao comércio internacional, com fluxos intensos de exportação (em torno de US\$ 15 bilhões/ano) e importação (em torno de US\$ 40 bilhões/ano), sendo que atualmente 38% do que é consumido no País em produtos químicos são de importados. Defendeu que o comércio exterior tem um papel decisivo no desenvolvimento do crescimento sustentável e, para que ele se intensifique, com segurança jurídica, a legítima defesa comercial tem que funcionar direito. “Defesa comercial não é protecionismo. Apoiamos termos mais acordos comerciais; nos opomos a barreiras injustificadas ao comércio internacional, tanto tarifárias quanto não tarifárias”.

Explicando o posicionamento do setor, De Marchi afirmou que o mundo vem expandindo a aplicação de medidas antidumping, que praticamente dobraram entre os anos de 2011 para 2017. “Já no caso do Brasil, essas medidas estão diminuindo. Tivemos 43 medidas em 2013 e 18 em 2017. O mundo tem cada vez mais adotado a defesa comercial, enquanto o Brasil adota menos, segundo dados do próprio governo brasileiro. O País tem se tornado alvo da defesa comercial de outros países. É um momento de acirramento de disputas de mercado, não podemos abrir mão da defesa comercial, instrumento a que temos direito legítimo”.

De Marchi explicou que os Estados Unidos têm o dobro de medidas de defesa comercial em vigor em relação ao Brasil, o mesmo é válido para as medidas com mais de 20 anos de vigência. “Nós temos 5 eles têm 15. Eles criaram nos últimos anos 6 milhões de empregos enquanto nós perdemos 25 mil”, lamentou. Segundo o executivo, a defesa comercial não é um instrumento de proteção, mas uma política prevista no acordo da Organização Mundial de Comércio desde 1945, aplicado sobretudo pelos países considerados mais abertos ao comércio internacional.

A inserção do Brasil no mercado mundial é necessária para promover o aumento no fluxo de comércio, mas a inserção do País precisa ser realizada com planejamento. Outros pontos que afetam a competitividade internacional das empresas brasileiras também foram abordados, como o “Custo Brasil” e a complexidade tributária.

De Marchi destacou que o apoio proativo da Abiquim ao comércio exterior está explicitado no pedido que a associação fez ao governo, há mais de um ano, para que se reduzisse o imposto de importação de 64 produtos químicos, e que se elevasse a alíquota de apenas 14 produtos, esses com indústria nascente na região. O Secretário de Comércio Exterior do MDIC, Abrão Miguel Árabe Neto, confirmou que o assunto já foi encaminhado ao Mercosul. De Marchi completou “Queremos mais comércio internacional, mas queremos estar seguros de que, se precisarmos dos instrumentos de defesa comercial, eles serão aplicados de forma técnica e imparcial, com amplo direito ao controverso, assim como bem fez o MDIC/SECEX/DECOM. Questionar as recomendações do DECOM deve ser exceção, não regra. Cobro apenas que o DECOM seja mais célere, o que tem melhorado, mas

tem que melhorar mais”.

Corroborando a necessidade da maior inserção internacional do Brasil, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcello de Moura Estevão Filho, que participou do painel “Defesa comercial é interesse público?”, afirmou que a economia cresceu muito até os anos 80, quando a indústria brasileira produzia o equivalente a 80% do que era produzido pela indústria americana, mas que atualmente esse índice está em 25%. “Desde a década de 80 não houve a integração da economia brasileira e o Brasil é a quarta economia mais fechada do mundo”. Para o secretário, é necessário que o País tenha mais acordos comerciais.

O secretário-adjunto da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Renato Coelho Baumann das Neves, ressaltou que é necessário valorizar a importância da indústria brasileira como mecanismo de geração de progresso técnico e como geradora de postos de trabalho, além de ser uma importante fonte de arrecadação fiscal. “Temos a consciência de que não somos uma ilha isolada e é importante preservar o setor industrial. Todos os países têm barreiras contra operações desleais desde longa data. Prova disso é que a primeira medida antidumping foi aplicada no Canadá em 1904”. Para o secretário-adjunto as medidas antidumping são necessárias quando se tem a prática desleal de comércio e o tema é de interesse público.

Foto: Abiquim/Divulgação



*A diretora da Abiquim, Denise Naranjo, participou do painel
“A importância da defesa comercial para o fechamento de novos acordos comerciais”*

A diretora de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Denise Mazzaro Naranjo, participou do painel “A importância da defesa comercial para o fechamento de novos acordos comerciais” realizado em conjunto com o painel “Defesa comercial é estratégica para a abertura comercial do Brasil”. Além de Denise, participaram dos painéis a secretária executiva da Camex, Marcela Santos Carvalho; o secretário de Comércio Exterior do

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Miguel Árabe Neto; o gerente de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrizio Panzini; e o diretor titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Derex/FIESP), Thomaz Zanotto.

Denise ressaltou a posição do setor químico industrial que o País precisa estar inserido em mais acordos internacionais, mas com mecanismos de proteção contra práticas desleais de comércio. “Além de um ponto de vista setorial, mas como um chamamento geral que a indústria química faz à coletividade empresarial, entendemos ser fundamental missionar que a defesa comercial não é uma vilã para a retomada do crescimento econômico e não significa barreiras à entrada de produtos do exterior. Exatamente ao contrário, é ela que garantirá a abertura de nossas fronteiras para maior entrada de produtos novos, novas tecnologias e, principalmente, de mercadorias que venham com preços competitivos e que fomentem a concorrência no País, mas não com preços desleais, pois em nosso entender práticas predatórias de comércio jamais podem ser a fórmula para ser mais competitivo no mercado doméstico e internacionalmente. A indústria brasileira está preparada para enfrentar o comércio leal”.

A secretária executiva da Camex, Marcela Santos, destacou as principais normas que tratam do interesse público no País: o Decreto 8.058 de 2013, que estabelece que os ministros têm ou podem suspender direitos antidumping; e a Resolução CAMEX 29/2017, que disciplina, no âmbito do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público (GTIP), os procedimentos administrativos de análise de pleitos. Marcela explicou que a Resolução CAMEX 29/2017 estabelece que o dumping, o dano e onexo causal não podem ser avaliados em processos de interesse público, permanecendo como elementos de investigação do Decom e da autoridade investigadora. Marcela também contou sobre um estudo elaborado pela Camex, que deverá ser lançado em breve. “O estudo mostra que apenas 8% do problema da produtividade nacional é fruto de questões comerciais, sendo que 5% são por questões tarifárias e 3% por questões não-tarifárias. Os 92% restantes estão ligados ao ‘Custo Brasil’”, afirmou.

Thomaz Zanotto destacou que a ausência de mecanismos de defesa comercial dificulta a integração comercial e que esses mecanismos são essenciais para a integração comercial, sendo necessário que o Brasil firme acordos com países mais desenvolvidos como a União Europeia, América do Norte e Japão.

Para o gerente de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrizio Panzini, a defesa comercial é essencial para a promoção da abertura e o ingresso do País em novos acordos comerciais. “É preciso ter mecanismos de defesa comercial para que o País possa extrair os benefícios do livre comércio”.

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Miguel Árabe Neto, afirmou que a defesa comercial não é protecionismo e o Brasil não faz uso excessivo dela. Árabe

ainda lembrou que defesa comercial está no âmbito do interesse público sendo estratégico para a abertura comercial. “Todos os setores e o governo tem o entendimento comum de que é preciso o Brasil estar inserido em mais acordos comerciais que sejam justos. Sendo preciso combater as práticas ilegais que desestruturem o setor produtivo brasileiro”. O secretário ainda lembrou que o MDIC tem buscado dar mais celeridade nos prazos de investigação de antidumping no Brasil e a defesa comercial é uma decisão de política pública.

O workshop “Antidumping também é interesse público! Desmistificando a defesa comercial” foi realizado no Auditório da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, no Rio de Janeiro, e teve o apoio da Abiquim.

Frente Parlamentar da Química discute políticas para o uso do gás natural

RESERVE A DATA

Café da manhã

FRENTE PARLAMENTAR DA QUÍMICA

POR QUE O BRASIL PRECISA DE GÁS PARA CRESCER?

PROGRAME-SE:
Dia: **11 de abril** de 2018, às 8h
Local: Sala Vip do Senac, 10º andar, Anexo IV
Câmara dos Deputados, Brasília-DF

www.fpquimica.org.br | fpquimica@fpquimica.org.br

A Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) realiza no dia 11 de abril um Café da Manhã para debater a necessidade de uma política de uso para o gás natural com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria nacional.

O Café da Manhã da FPQuímica acontece a partir das 8 horas na Sala Vip do Senac, localizado no 10º andar do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

Para mais informações ou participar do evento entre em contato com Lidiane Soares pelo e-mail: fpquimica@fpquimica.org.br.

Coordenador da Frente Parlamentar da Química é eleito presidente da CFT para ano de 2018

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Deputado Renato Molling, coordenador de Químicos para Couro da FPQuímica e presidente da Comissão de Finanças e Tributação

O deputado Renato Molling (PP/RS), coordenador de Químicos para Couro na Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) foi eleito para assumir a presidência da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados no dia 3 de abril. Em votação unânime, o deputado Molling foi eleito para exercer o cargo no ano de 2018.

Em seu primeiro discurso, Molling agradeceu os votos recebidos e firmou o comprometimento com a pauta da Comissão. “Faremos todo o possível para realizar um grande trabalho, ouvindo entidades e órgãos para que possamos acertar da melhor maneira possível”, disse o presidente.

Com histórico atuante, Molling está no terceiro mandato como deputado federal. No Congresso tem como principal bandeira a defesa do desenvolvimento da indústria brasileira e da geração de empregos e renda.

Compete à Comissão de Finanças e Tributação proferir parecer acerca da compatibilidade e/ou adequação financeira e orçamentária das proposições a ela distribuídas e, quando for o caso, a respeito do mérito.

**APLA realiza 20ª Reunião Latino-Americana de Logística
com participação da Abiquim**



A Associação Petroquímica e Química Latino-americana (APLA) realiza a 20ª Reunião Latino-americana de Logística, nos dias 22 e 23 de maio. O evento, que será realizado no Santiago Marriot Hotel, na capital chilena, reúne profissionais de logística, *supply chain*, compras e operações da indústria química e petroquímica, além de distribuidoras e empresas de transporte que atendem esses setores.

No dia 22 de maio, a programação terá painéis que abordarão a estrutura logística na América Latina, as melhores alternativas para o transporte de produtos químicos, a digitalização na cadeia de suprimento, a disponibilidade de fretes marítimos, a infraestrutura de terminais portuários no Brasil, planos de contingência para situações de emergências naturais, entre outros temas. No último dia do encontro estão programadas visitas técnicas ao Terminal Portuário Sur Valparaíso e ao Terminal da Oxiquim, em Quinteros.

A Abiquim é uma das apoiadoras da reunião e participará do painel “Lecciones aprendidas - Atención y prevención de accidentes más eficientes” com o tema “Armazenagem Responsável” – que abordará como a Abiquim está posicionada contra os acidentes tecnológicos, buscando a participação dos setores público e privado, para a criação do Sistema Integrado de Gestão de Emergências. O projeto é baseado no programa APELL - Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais (Conscientização e Preparação para Emergências em Nível Local).

[Clique aqui](#) para fazer sua inscrição.

[Clique aqui](#) para ver a programação completa da 20ª Reunião Latino-americana de Logística.

Governo atualiza proposta de Novo Processo de Importação contemplando contribuições do setor privado

A Receita Federal do Brasil (RFB) e a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) atualizaram a proposta de novo processo de importação no âmbito do programa portal único de comércio exterior visando esclarecer dúvidas identificadas pelo setor privado brasileiro, bem como incorporar as contribuições enviadas na Consulta Pública que tratou do tema de maior impacto na proposta do novo fluxo de importação. A nova proposta foi ajustada

para contemplar muitas das contribuições do setor privado encaminhadas por meio da Consulta Pública nº 1/2017, realizada entre 20 de setembro e 07 de novembro de 2017, e para a qual a Abiquim foi bastante propositiva com base nas sugestões dos associados, de modo geral, e particularmente dos integrantes da Comissão de Assuntos Aduaneiros e de Facilitação de Comércio Exterior da Entidade.

No novo documento, a Receita Federal do Brasil e a Secretaria de Comércio Exterior buscaram esclarecer dúvidas identificadas, bem como incorporar as contribuições de maior impacto na proposta do novo fluxo de importação. O foco do novo processo é a coordenação das atividades de registro, acompanhamento e controles administrativos, aduaneiros e fiscais das operações de importação, bem como a unificação da entrada dos dados solicitados aos importadores e a melhora no seu compartilhamento, de forma a eliminar redundâncias. A partir da definição do novo processo, serão desenvolvidas ferramentas de tecnologia da informação (TI) que darão melhor suporte a todos os envolvidos nas operações.

“O setor químico brasileiro aguarda a implementação do novo processo de importação no âmbito do programa portal único de comércio exterior visando a redução da burocracia, o aumento de eficiência, a celeridade nos processos, a crescente simplificação e transparência nos processos de importação. Trata-se de um programa central na política brasileira de facilitação do comércio e está em consonância com o Acordo sobre Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), que segundo esse organismo internacional, o Acordo poderá aumentar as exportações mundiais em até US\$ 1 trilhão por ano. Os principais beneficiados serão países em desenvolvimento, que possuem maior espaço para ganhos de eficiência”, destaca o gerente de Assuntos de Comércio Exterior da Abiquim, Éder da Silva.

A íntegra da proposta revisada do novo processo de importação está disponível no site do Portal Único de Comércio Exterior.

[Clique aqui](#) para acessar.

Frente Parlamentar da Química do Estado de São Paulo e Abiquim apresentam ao secretário de Meio Ambiente de SP o Programa Atuação Responsável®

Foto: Abiquim/Divulgação



Representantes da Frente Parlamentar da Química do Estado de São Paulo e da indústria química se reúnem com o secretário de Meio Ambiente do Estado, Maurício Brusadin

A Frente Parlamentar da Química do Estado de São Paulo (FPQ-SP) e a Abiquim apresentam ao Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Maurício Brusadin, a proposta para ampliar o prazo de renovação da licença de operação para as empresas que obtiverem a certificação no Programa Atuação Responsável®, em reunião realizada no dia 4 de abril, na secretaria de Meio Ambiente do Estado.

O pleito tem sido discutido com a FPQ-SP e a Abiquim com a Companhia Ambiental do Estado São Paulo (Cetesb) desde 2016 e teve como resultado a proposição do Projeto de Lei 832 de 2017, que amplia o prazo da renovação das licenças de operação de dois para cinco anos, em consonância com os prazos estabelecidos para outros estados como Bahia e Rio Grande do Sul. Na proposta, apenas as empresas certificadas nos requisitos previstos no Programa Atuação Responsável® seriam beneficiadas.

Na ocasião os deputados da FPQ-SP ressaltaram os benefícios desta alteração na legislação que serão refletidos na competitividade da indústria química do estado. O secretário mostrou-se favorável à proposta, mas solicitou a criação de um grupo de trabalho, sob a coordenação da CETESB, para uma discussão mais profunda do assunto com a elaboração de uma proposição que atenda a todas as partes envolvidas no processo de licenciamento.

Além do secretário de Meio Ambiente, Maurício Brusadin, participaram da reunião o deputado e coordenador do FPQ-SP, Luiz Turco; o deputado e membro da FPQ-SP, Davi Zaia; a responsável pela área de Relações Institucionais da FPQ-SP, Denise Pragana; o diretor de Licenciamento Ambiental da CETESB Geraldo do Amaral Filho; o diretor executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Sinproquim), Ricardo Neves; o Gerente Executivo do Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC (COFIP ABC) Francisco Sérgio Ruiz; os representantes da Braskem, Fabio Chantre e Rafael Felipe de Oliveira. Pela Abiquim participaram a diretora de Assuntos Técnicos, Andrea Carla Barreto

Cunha; e a assessora técnica, Yáskara Barrilli.

Para mais informações sobre a agenda e a certificação do Programa Atuação Responsável® entre em contato com a assessora técnica da Abiquim, Yáskara Barrilli, pelo e-mail: yaskara@abiquim.org.br.

IPEM e Comissão de Segurança de Processo discutem normas de arqueação de tanques

Foto: Abiquim/Divulgação



Comissão de Segurança de Processo recebeu representantes do IPEM-SP para debater a Portaria Inmetro nº 94

A Comissão de Segurança de Processo da Abiquim recebeu os representantes do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM-SP). Durante a reunião, o supervisor técnico em Serviços de Metrologia do IPEM-SP, Maurício Pinheiro Pinto; e o técnico em Metrologia, Márcio Alves Euclides; apresentaram os critérios definidos pela Portaria Inmetro n.º 94, de 09 de fevereiro de 2015, que tem por objetivo estabelecer os critérios e requisitos a que devem satisfazer os tanques fixos, a fim de prover a confiabilidade das medições de volume nas atividades previstas no campo de aplicação, bem como a emissão dos certificados pelo órgão fiscalizador.

Durante a apresentação, os representantes da comissão tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre a portaria e seu limite de alcance.

Segunda a coordenadora-executiva da comissão e assessora técnica da Abiquim, Yáskara Barrilli, o grupo tem buscado continuamente se aproximar dos órgãos reguladores e fiscalizadores na busca por uma cooperação efetiva seja no entendimento das normas como na contribuição técnica que as empresas podem oferecer.

Para mais informações sobre a Portaria Inmetro n.º 94, de 09 de fevereiro de 2015, entre em contato com a assessora técnica da Abiquim, Yáskara Barrilli, pelo e-mail: yaskara@abiquim.org.br.

Você Sabia ?

O Sistema de Gestão do Programa Atuação Responsável® estabelece que as empresas devem implementar, manter e acompanhar programas relacionados a conservação do meio ambiente. De 2006 a 2016, a indústria química reduziu em 41% a quantidade de quilos de resíduos por tonelada produzida. A redução de resíduos perigosos por tonelada produzida caiu 12,8% e a redução na geração de resíduos não perigosos foi de 52,6% no mesmo período.

SERVIÇOS



ACESSE OS CANAIS DA ABIQUIM NAS REDES SOCIAIS

- Facebook.com/abiquimoficial
- Instagram.com/abiquim.oficial
- Youtube.com/videosabiquim
- Twitter.com/abiquimoficial

#365DiasComVc

ABIQUIM

Acesse os canais da Abiquim nas redes sociais e saiba como a Química está #365DiasComVc:

[Facebook.com/abiquimoficial](https://www.facebook.com/abiquimoficial)

[Instagram.com/abiquim.oficial](https://www.instagram.com/abiquim.oficial)

[Youtube.com/videosabiquim](https://www.youtube.com/videosabiquim)

[Twitter.com/abiquimoficial](https://twitter.com/abiquimoficial)

Abiquim na imprensa

- ✓ [Aberje – Documento ‘Visão 2035: Brasil, um país desenvolvido’, do BNDES, estabelece visão de futuro para nação brasileira](#)
- ✓ [Jornal do Comércio/RS – Vendas internas de produtos químicos crescem 6,25% no 1º bimestre, diz](#)

Abiquim – Jornal do Comércio

- ✓ [Zero Hora – Vendas internas de produtos químicos crescem 6,25% no 1º bimestre, diz Abiquim](#)
- ✓ [IstoÉ – Vendas internas de produtos químicos crescem 6,25% no 1º bimestre, diz Abiquim](#)
- ✓ [Jornal do Brasil – Vendas internas de produtos químicos crescem 6,25% no 1º bimestre, diz Abiquim](#)
- ✓ [Valor Econômico – Abiquim – Venda interna de produtos químicos sobe 6,3% no 1º bimestre](#)

Notícias das associadas

Press releases distribuídos pelas empresas

- ✓ [Evonik lança relatório de matérias-primas Brasil 2017](#)
- ✓ [Grupo Solvay traz para a América Latina a tecnologia sustentável SOLVAir® Solutions para o controle de emissões gasosas](#)
- ✓ [Henkel promove webinars sobre teste de migração em embalagens flexíveis](#)
- ✓ [BASF expande ferramenta de simulação Ultrasim para moldagem do volante de automóveis](#)
- ✓ [Cultivo Protegido em debate no Workshop da Termotécnica em Holambra](#)
- ✓ [Braskem tem lucro recorde de R\\$ 4 bilhões em 2017](#)

CALENDÁRIO DE CURSOS E EVENTOS ABIQUIM

Abril							Maio						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5
8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12
15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19
22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26
29	30						27	28	29	30	31		

01 - Páscoa

03 e 04 - Formação de Auditores Internos do Sistema de Gestão do Atuação Responsável

11 e 12 - Auditor Líder Sassmaq Estação de Limpeza 2ª Edição

19 - Introdução ao Sassmaq

21 - Tiradentes

24 - Novos Indicadores de Segurança de Processo

01 - Dia do Trabalho

02 e 03 - Formação de Auditor Interno do Sassmaq Estação de Limpeza 2ª Edição

09 e 10 - Auditor Líder Sassmaq Rodoviário 3ª Edição

14 - Atualização da Legislação do Transporte de Produtos Perigosos - Camaçari

15 - Atualização da Legislação do Transporte de Produtos Perigosos - Recife

21 e 22 - Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição - Camaçari

25 - Atualização da Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos - Rio de Janeiro

23 e 24 - Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição - Recife

28 e 29 - Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição

29 e 30 - Formação de Auditores Internos do Sistema de Gestão do Atuação Responsável 3ª Edição

31 - Corpus Christi

PRÓXIMOS CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS

[19/04 – Introdução ao Sassmaq](#)

[24/04 – Novos Indicadores de Segurança de Processo](#)

[25/04 – Atualização da Legislação do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos \(Rio de Janeiro/RJ\)](#)

[02 e 03/05 – Formação de Auditor Interno do Sassmaq Estação de Limpeza 2ª Edição](#)

[09 e 10/05 – Auditor Líder Sassmaq Rodoviário 3ª Edição](#)

[14/05 – Atualização da Legislação do Transporte de Produtos Perigosos \(Camaçari/BA\)](#)

[15/05 – Atualização da Legislação do Transporte de Produtos Perigosos \(Recife/PE\)](#)

[21 e 22/05 – Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição \(Camaçari/BA\)](#)

[23 e 24/05 – Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição \(Recife/PE\)](#)

[28 e 29/05 – Formação de Auditor Interno do Sassmaq Rodoviário 3ª Edição](#)

[29 e 30/05 – Formação de Auditores Internos do Sistema de Gestão do Atuação Responsável](#)

AGENDA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES

Reuniões programadas nos dias 10 a 16 de abril:

10 de abril

09h00 – Comissão Temática de Gestão de Suprimentos

11 de abril

09h00 – Comissão de Imagem e Comunicação

10h00 – Comissão Setorial de EPS

Confira a grade completa de cursos em <https://abiquim.org.br/cursos>

Expediente

ABIQUIM INFORMA - É livre a transcrição, desde que citada a fonte.
Edição: Ricardo Ueno E-mails: abiquiminforma@abiquim.org.br

Para a inclusão de profissionais de sua empresa que queiram receber o **Abiquim Informa**, envie uma mensagem para abiquiminforma@abiquim.org.br ou imprensa@abiquim.org.br informando os dados dos interessados (nome, e-mail, telefone, empresa e endereço comercial).

